

O discurso pedagógico e político da hierarquia da Igreja Católica em Maringá (PR) nos anos 60 e 70 do século XX n'O Jornal de Maringá

Adriana Salvaterra Pasquini*
César de Alencar Arnaut de Toledo**

Resumo

No presente resumo trata-se da pesquisa iniciada em 2004, no Curso de Especialização em Pesquisa Educacional, pela Universidade Estadual de Maringá. A pesquisa privilegiou a análise dos artigos publicados n'O Jornal de Maringá nos anos 60 e 70 do século XX, a maioria deles assinados pelo então bispo diocesano Dom Jaime Luis Coelho. Os temas políticos se misturavam aos temas pastorais e doutrinários, demonstrando a estreita relação da Igreja Católica e sua hierarquia, com o governo militar, considerado um importante instrumento na luta contra o “inimigo vermelho”, representado pelo comunismo. A publicação dos artigos, vinculados à coluna denominada Por um mundo melhor, posteriormente substituída por outros espaços, compôs o quadro de produção e de reprodução de um ideário político conservador, tendo em vista a defesa explícita da ordem militar, estabelecida pelo golpe de 1964. Nos planos eclesial e religioso notam-se alguns aspectos progressistas do discurso, tais como a defesa dos desdobramentos pastorais e eclesiais do Segundo Concílio realizado no Vaticano entre os anos de 1962 a 1965. Destacam-se, ainda, a nova formatação ritual da Igreja Católica bem como os novos caminhos da evangelização católica no período analisado. A conciliação entre os dois caminhos: conservador na política e de renovação na pastoral e nos ritos não foi exceção no interior da Igreja Católica naquele período. Palavras-chave: História. Educação. Imprensa. Diocese de Maringá.

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PR); Av.: Humaitá, 571, apto 301- Zona 4, CEP 87014-200; Maringá, PR; adrianapasquini@hotmail.com

** Doutor em Educação pela Unicamp (1996); professor do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, PR; caatoledo@uem.br

1 INTRODUÇÃO

O texto ora apresentado refere-se à pesquisa apresentada ao Curso de Especialização em Pesquisa Educacional, ofertado pela Universidade Estadual de Maringá entre os anos de 2004 e 2006 e ministrado por professores do Departamento de Fundamentos da Educação da referida instituição.

As discussões que culminaram na escolha do tema: Fontes para a História da Educação em Maringá: a contribuição da Igreja Católica para a educação nas décadas de 1960 e 1970, que privilegiaria os artigos publicados na imprensa local por D. Jaime Luiz Coelho, então bispo da diocese, teve início na disciplina Pesquisa Histórica com Fontes, ministrada pela professora Doutora Marcília Rosa Periotto, coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação e História nos séculos XIX e XX, fundado em 2004 e consagrado especialmente à análise da relação entre imprensa e educação no Brasil. Em novembro de 2004 definiu-se o objeto de estudo e, a partir daí, elaborou-se o projeto para ser avaliado pela disciplina Elaboração de Projetos de Pesquisa Educacional, ministrada pelo professor Doutor César de Alencar Arnaut de Toledo. Em janeiro de 2005, o projeto foi aprovado e iniciado.

À aprovação do projeto seguiu-se uma penosa pesquisa nas páginas do periódico O Jornal de Maringá, arquivado na Biblioteca Pública da cidade. Era o trabalho árduo de conhecer, sistematizar, classificar e fichar aquela fonte primária. Esse esforço de proceder ao levantamento das fontes encontrou empecilhos outros que, por pouco, não inviabilizaram a pesquisa.

Embora se reconheça a solicitude dos funcionários da biblioteca e a sempre presente disponibilidade no atendimento, não se pode dizer o mesmo das condições do material arquivado. A precariedade das instalações físicas e o estado de conservação sofrível em razão da umidade no local causada pelas infiltrações e, ainda, a impossibilidade de manuseio do material fora da biblioteca, uma vez que os jornais não podem ser reproduzidos por falta de qualquer tipo de equipamento, são fatos que impuseram à pesquisa algumas limitações só resolvidas em nome da já distinguida atenção dos funcionários, mas que levou ao alargamento da etapa de consulta reduzindo o tempo disponível para a análise e teorização dos documentos.

Uma vez realizado o levantamento e a sistematização das fontes impressas passou-se à etapa de elaboração da Monografia, apresentada à banca examinadora no dia 3 de março de 2006 e por ela aprovada. Para dar continuidade à pesquisa

documental, o projeto de pesquisa da Especialização, atualizado, foi submetido ao processo seletivo do Mestrado em Educação da UEM, que o aprovou, oportunizando, assim, que a história da educação em Maringá pudesse ser escrita mediante de um importante aspecto: a influência exercida pela Igreja Católica na construção do pensamento educacional e o alcance que tiveram na consciência dos habitantes da cidade moldando-lhes a postura política predominante até então.

Nos últimos anos a imprensa vem se constituído em manancial para a historiografia da educação, seja porque é em suas páginas que as questões primeiramente aparecem sistematizadas ao olhar do grande público, seja pela influência que as idéias ali debatidas levam ao conjunto da sociedade, muitas vezes respondendo prontamente aos ditames dos setores mais organizados da comunidade. Cumpre salientar que a análise de periódicos aparentemente desvinculados do campo educacional e pedagógico tem contribuído de modo significativo para a reescrita de uma história da educação local ou regional que possibilite a compreensão da educação no presente como resultado de um processo de transformação histórica, ampliando, assim, a concepção de história da educação. O fato é que a imprensa, ao longo da sua existência, tem participado ativamente da formação política dos brasileiros, servindo no mais das vezes como meio educativo e, ao mesmo tempo, legitimador dos interesses das elites. Sua ação, portanto, explica-se quase sempre por compor com os segmentos mais poderosos da sociedade, fazendo firmar as idéias e os procedimentos que garantem a dominação.

Cumpre destacar que a compreensão da educação, inserida em um determinado contexto social e realizada por meio dos artigos veiculados pela imprensa, permite a discussão das idéias que dirigiram o posicionamento da sociedade diante de acontecimentos que alteraram radicalmente o *modus vivendi* dos indivíduos e impuseram condicionantes às suas participações na vida política e social do país. Partindo desse pressuposto é que se elege O jornal de Maringá como fonte para a análise do discurso pedagógico e político da hierarquia da Igreja Católica em Maringá, PR, nos anos de 60 e de 70 do século XX. Para atender ao propósito indicado, o presente texto está organizado em três tópicos. No primeiro discute-se o papel da imprensa como fonte para a reconstrução e o entendimento da História da Educação; em um segundo momento destaca-se o papel da Igreja, especialmente em relação à Educação em tempos do Golpe Militar; finalmente, no terceiro item, procura-se analisar brevemente as dados obtidos pelo levantamento e catalogação de fontes para a História da Educação em

Maringá nos artigos vinculados à Igreja Católica e publicados no *O Jornal de Maringá*, principalmente os produzidos com o intuito de apoiar a luta contra os Movimentos de Esquerda durante o Governo Militar no período analisado.

2 A IMPRENSA COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MARINGÁ: O PAPEL D'O JORNAL DE MARINGÁ

Entende-se não ser possível pensar a educação sem que se compreenda o percurso histórico por ela realizado. Nesse sentido, explica-se o propósito de entendê-la por meio de uma via aparentemente desvinculada do fazer usual do processo educativo, ou seja, a imprensa. São de inúmeras ordens os motivos para elegê-la como fonte para a pesquisa: primeiramente, pelo fato de apresentar características que a fazem reveladora da história ao registrar a multiplicidade dos fatos acontecidos no espaço onde atua, e também assim procede em relação ao movimento da sociedade. E, certamente, o motivo mais importante é expressado pelo fato de que a imprensa possui um poder educativo, que não é desconhecido, e faz uso desse atributo sempre que os interesses da classe a quem representa e que domina a sociedade são colocados em questionamento e podem acirrar ainda mais os conflitos existentes em seu interior. Ainda, as informações que divulga, permitem construir uma ligação entre os interesses dos grupos dominantes e da permanente regulação coletiva que exercem. Com ela a imprensa consegue incorporar a massa dos indivíduos que compõem a sociedade ao ideário das elites.

A vinculação entre Igreja Católica e educação em Maringá se realizou por meio do ensino formal nos diversos estabelecimentos de ensino católicos. No entanto, não se pode excluir dessa história as influências que os diálogos entre os religiosos e o poder político, representado pela figura do Bispo Diocesano à época, exerceram em todos os níveis de ensino, nos estabelecimentos públicos ou privados além de terem contribuído para a formação de uma consciência política nos ambientes não-escolares. É mister afirmar ainda que a compreensão histórica do fenômeno religioso pode levar à percepção de que a religião não está imune aos embates existentes no interior da sociedade, pois as realizações humanas, sejam de cunho material, social, sejam de cunho religioso, realizam-se de maneira conflituosa e contraditória, de acordo com as diferentes formas como o homem produz a sua vida.

Destaca-se, ainda, que o pensamento católico, expressivo da classe socialmente dominante, aderiu de pronto ao ideário do regime militar, pelo menos na região onde dominava o bispado de Maringá, e tratou de produzir ativamente um ideário negador das ações que pudessem dar sustentação ao pensamento de orientação marxista, como a coluna “Por um mundo melhor” gostava de assinalar.

A partir de tais reflexões acerca da influência do pensamento católico vigente, com o firme propósito de contribuir para a História da Educação de Maringá, principalmente aquela realizada por meio dos artigos e sermões, e ainda, na busca de compreender os interesses que perpassaram as articulações entre a Igreja e o regime militar, de forma que se possa dimensionar o alcance das influências que exerceram, optou-se por realizar, em um primeiro momento, a catalogação dos artigos contidos no jornal *O Jornal de Maringá*, com circulação diária na cidade e na região, publicados durante as décadas de 1960 e 1970, período dentro do qual é situado o plano econômico da política desenvolvimentista do chamado regime militar.

A pesquisa histórica com fontes documentais é um instrumento rico para a compreensão do processo histórico da educação, principalmente porque fornece elementos que clarificam os debates realizados na esfera social, e que nem sempre estão próximos dos setores formais da prática escolar. No entanto, o ato de pensar a educação a partir das fontes é às vezes obstaculizado pelo desconhecimento das próprias fontes documentais e pela inadequada catalogação e conservação dos acervos, fato que muitas vezes inviabiliza o trabalho de guardar a memória histórica do país.

Outro aspecto que perpassa a historiografia brasileira, e que se pode denominar por descaso pela história de uma nação, é o modo de como são tratadas centenas de folhas, jornais e panfletos que contam em minúcias a história do país. Tais documentos estão no mais das vezes perdidos ou mal acomodados nas bibliotecas, sempre públicas, distantes de virarem alvo de criteriosas pesquisas. Dessa forma, a importância da memória impressa nos jornais e similares é obscurecida pelo descaso com os exemplares ainda sobreviventes e, sendo assim, a história nacional, e no caso, a educação, deixa de ser refletida e impedida de revelar a história que produziu.

Conforme Darnton e Roche (1996, p. 16), o significado e a importância da imprensa para o desenvolvimento da sociedade burguesa podem ser sentidos na história da França no final do século XVIII e início do século XIX, na Revolução

Francesa. Esse foi um dos eventos que afetou os rumos de uma civilização verdadeiramente universal ao consolidar as id eias de igualdade e liberdade como bens supremos do homem. Durante uma  epoca em que a luta pelo poder foi, sobretudo, uma luta pelo domínio da opinião pública, a imprensa desempenhou papel fundamental para a concretiza o da revolu o quando os revolucionários agarraram a alavanca da prensa tipográfica e passaram a fazer uso dela, um novo fluxo de energia foi enviado por intermédio do corpo político. As práticas repressivas, inerentes   conduta do Antigo Regime, por meio da estrutura formada pelos censores, como a polícia do livro, os inspetores, e outros, não foram suficientes para inibir os autores de escreverem e editarem os livros proibidos, "filosóficos". Os livros originais apreendidos ficavam com os magistrados, ao passo que os exemplares falsificados eram queimados em praça pública, no pátio do Palácio de Justiça em Paris. Ao queimá-los, o carrasco público rendia-se ao poder da palavra impressa (DARNTON; ROCHE, 1996, p. 49), pois nada aumentava mais a vendagem dos livros do que uma boa fogueira em praça pública. Percebendo tal situa o, os magistrados passaram então a apreender livros e prender livreiros com o mínimo de estardalhaço possível.

A liberdade de imprensa na França em 1789, e a proclama o da Declara o dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1791, que definiu a livre comunica o de pensamento como um dos direitos mais preciosos do homem, no qual se defendia que todo cidadão pode ler, escrever e imprimir livremente significaram, ao mesmo tempo, o meio e a expressão da nova democracia, conforme assinala Hesse (1999, p. 133):

A liberaliza o da imprensa, e a conseqüente desregulamenta o da impressão e da edi o levaram a uma democratiza o sem precedentes da palavra impressa. O número de estabelecimentos nos dois ramos em Paris triplicou facilmente durante o período revolucionário, permitindo iniciativas sociais mais amplas e maior participa o da palavra impressa e, conseqüentemente, no intercâmbio público de id eias. Naturalmente, as formas literárias criadas pela imprensa libertada eram mais democráticas. As publica o es ef meras requeriam menos capital que a produ o de livros e seu sucesso dependia de mercados mais extensivos que intensivos. Essas formas literárias eram produzidas para (e muitas vezes por) pessoas de pouco poder aquisitivo e pouco tempo disponível. Não se quer sugerir que não havia cultura literária popular antes da Revolu o Francesa. Porém, com a declara o de liberdade de imprensa e com o colapso das institui o es

literárias do Antigo Regime, o centro de gravidade do comércio editorial mudou perceptivelmente da civilização elitista do 'livro' para a cultura democrática do panfleto e da imprensa periódica.

De modo geral os historiadores vêem a palavra impressa como um registro do que aconteceu e não como um ingrediente do acontecimento. Veja-se o exemplo da história da educação brasileira, que até bem pouco tempo atrás era contada quase sempre por dados estatísticos ou por análises descritivas da realidade escolar, nunca por meio de uma análise que explicitasse o processo histórico de sua postulação em vinculação com as necessidades de avanço das relações capitalistas para as antigas colônias portuguesas. É importante afirmar que a história é um contexto bem maior que uma seqüência de datas e não se restringe a fatos ou acontecimentos do passado, antes de tudo significa a luta pela vida existente entre os homens, sobretudo quando se entende que a educação não está restrita à escola, mas expressa-se como instrumento de transmissão do patrimônio cultural de um povo, como afirma Venâncio Filho (1945, p. 374):

[...] não faltará à nossa História a pintura sugestiva dos homens e das coisas ou os travamentos das relações e costumes que são a imprimeira indispensável ao desenrolar dos acontecimentos, conforme ele mesmo desejava e tantas vezes fez com o vigor do seu pensamento, incomparável pelo fundo e pela forma. E diante de tantas fontes históricas, ver-se-á que a história da educação se confundirá com a nossa própria história.

Ao longo das últimas décadas muitas obras e valiosos estudos referentes à história da educação foram desenvolvidos, como atestam os arquivos existentes sobre o assunto, deixando sistematizado farto material que carece somente de um tratamento metodológico mais adequado aos novos rumos do fazer historiográfico. Sendo assim, a resposta para tal questionamento é negativa, no entanto, a realidade atual não permite que se pense a educação sem antes compreender com exatidão os percursos realizados por ela no passado, nem que se ignorem as necessidades exigidas quando da sua aplicação. Em razão desse entendimento explica-se a utilização da imprensa como fonte inestimável para a pesquisa histórica porque o material que produz, de certa forma, expressa a multiplicidade de relações que perpassam pela educação. Ao se reportar aos fatos produzidos pelo movimento social, a impre-

sa revela a dinâmica das rela es que envolvem o ensino em suas particularidades (planejamentos, currículos, relatórios avaliativos, por exemplo), principalmente daquelas que são estabelecidas entre os elementos que dialogam com essas estruturas, como a família ou as religiões.

A abrangência e a natureza da informa o fornecida pela imprensa também lhe concede uma característica singular, conforme N voa (2002, p. 13):

[...] Estamos na maior parte das vezes, perante reflexões muito próximas do acontecimento, que permitem construir uma liga o entre as orienta es emanadas do Estado e as práticas efetivas na sala de aula. Apesar da diversidade da imprensa, pode afirmar-se que os escritos jornalísticos se definem pelo seu caráter fugaz e imediato, inscrevendo-se freqüentemente numa lógica de rea o a acontecimentos ou a idéias, as normas legais ou a situa es políticas. A imprensa  , talvez, o melhor meio para compreender as dificuldades de articula o entre a teoria e a prática.

Com referência ao autor supracitado, o senso comum que perpassa as páginas dos jornais e revistas ilustra uma das principais qualidades de um discurso ideológico que se constrói a partir das diversas rela es sociais produzidas cotidianamente. Outro aspecto de grande importância: a imprensa   o lugar de uma afirma o em grupo e de uma permanente regula o coletiva,   medida que “[...] cada criador está sempre a ser julgado, seja pelo público, seja pelos leitores, seja por outras revistas, seja pelos companheiros de gera o [...]”, diz N voa (2002, p. 16), pois manifesta pensamentos e valores por meio do diálogo que se faz, mesmo que de forma velada, com toda a sociedade. De fato, continua o autor, homens e mulheres, leigos ou religiosos, intelectuais e universitários, técnicos e políticos, pais e alunos, membros de muitas profissões e, acima de tudo, professores, estão presentes nas páginas dos jornais e revistas de educa o e ensino ou não.

Nesse sentido, descrever ou analisar a cultura   ter em conta as diferentes dimensões da existência humana. Maneiras diferentes de pensar, de sentir e de agir configuram a cultura; tais expressões se colocam em um dinâmico processo relacional no interior de um determinado grupo humano. Sobre essa rela o geradora de experiências que se acumulam, tendo em vista o próprio desenvolvimento humano, assim se pronunciou Vieira Pinto (1979, p. 123):

A cultura constitui-se por efeito da relação produtiva que o homem em surgimento exerce sobre a realidade ambiente. Com este conceito aprendemos a noção culminante da teoria da cultura: a que nos mostra a cultura indissociável do processo de produção, entendido este, em sentido supremo, como produção da existência em geral.

Pode-se, assim, compreender a educação como aprendizagem da cultura, ou seja, educar-se é assimilar o que circula no interior de um determinado grupo humano, por onde veiculam as relações e as contradições quanto às maneiras de pensar, de sentir e de agir em sua configuração social. Tal perspectiva implica assumir a imprensa como uma expressão cultural do homem.

A realização desse tipo de investigação exige que o historiador realize uma análise dos fatos que possibilite identificar as diferentes histórias que compõem a totalidade histórica traçando, sempre que possível, um paralelo com as situações do momento presente. Nessa perspectiva, percebe-se que a imprensa tornou-se objeto de referência para a apreensão e compreensão do processo histórico educacional a partir do qual emergem novas interpretações que, por sua vez, edificam outras concepções de educação. Vê-se assim que a imprensa, especializada ou não, em muito contribui para historiar as pistas deixadas pelo pensamento educacional. Além do mais, o papel desempenhado por essa imprensa e suas potencialidades como fonte para o estudo da constituição e da dinâmica educacional em uma perspectiva histórica indica seu lugar na conjuntura do pensamento liberal. É o que deixa entrever Lima Sobrinho (1997, p. 187) por meio da reflexão:

Para os defeitos que se registram na imprensa há, pois, muitos responsáveis e não é possível emendá-la agindo tão somente contra um dos três culpados (o público, a própria imprensa e o governo). É necessário cuidar de providenciar para os outros. Mas elevar o público e educá-lo corrigindo-lhe a imoralidade, não é obra de uma geração. Às vezes resulta impossível... Há defeitos na imprensa incorrigíveis e diante dos quais é preciso cruzar os braços, pelo receio dos danos imensos que qualquer intervenção acarretaria. Esclareça-se o espírito público, difunda-se a instrução e entregue-se à educação o preparo de caracteres; à medida que esse esforço venha atuando, a imprensa naturalmente se elevará.

Desse modo, utilizar-se da imprensa como fonte histórico-educacional implica em uma análise que vai além da educação escolar ou da instituição escolar, uma

vez que estas não se constituem desvinculadas da sociedade. As rela es entre imprensa e educa o são intr secas. Pode-se até afirmar que a educa o tradicional, seja ela moral, intelectual, física, est tica, seja religiosa,   um grande obstáculo a ser superado pelo homem quando do processo de produ o de sua existência e, mais ainda, quando as transforma es se fazem urgentes e vitais   produ o. Dessa forma, a imprensa, a partir de seu advento, passou a ser considerada como um aspecto vinculado a esse processo   medida que facilmente socializou o conhecimento dos povos e, por conseguinte, as idéias necessárias às novas classes em forma o.

O periódico O Jornal de Maringá foi fundado por Samuel Silveira em 5 de abril de 1953 e teve circula o diária em quarenta e nove municípios circunvizinhos a Maringá. No início de 1980 os novos diretores passaram a nome -lo de “O Jornal do Povo”, hoje propriedade de Verdel rio Barbosa. Esse jornal publicava colunas e artigos de cunho político, educacional, econ mico e religioso que expressavam, prioritariamente, o pensamento e interesses do grupo social dominante.

A sistematiza o do pensamento da hierarquia católica ocorria em torno de colunas (espaços) variadas: “Por um mundo melhor”, “A voz do Pastor”, “Sociedade”, “Esportes” e outras. Entre todas, destaca-se, por sua importância a coluna “Por um mundo melhor” que, nos anos de 1960, 1961 e 1962, tendo por principal articulista o então Bispo Diocesano Dom Jaime Luis Coelho, abordava aspectos sociais, políticos, educacionais e filosóficos e trazia um conteúdo de entusiasmada forma o ideológica.

Diante dessa perspectiva, a de forma o de consciência, permite-se a men o ao conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), apresentado pelo filósofo francês Louis Althusser. Segundo a sua visão, existe no sistema social um dispositivo que age com o objetivo de gerar a reprodu o social e manter a classe dominante no poder. Uma vez constituídos por crenças, os Aparelhos Ideológicos de Estado fazem com que o indivíduo aceite as estruturas sociais existentes como boas, também necessárias e desejáveis. De acordo com o autor (2001), a Igreja constitui um Aparelho Ideológico religioso que envolve o conjunto das diferentes igrejas existentes. Os anos 60 do século passado impuseram aos brasileiros um regime de governo fortemente pautado pela luta contra o “fantasma do comunismo”, revivificado pela atua o do governo de Moscou em estender a revolu o socialista pela América Latina. Nesse período, e de acordo com a política de endurecimento do regime, a Igreja Católica, por meio de seus setores mais conservadores, resistiu energeticamente às tentativas da esquerda política de organiza o do movimento social pr -defesa dos

interesses nacionais e predomínio das aspirações populares. Em Maringá, o movimento de oposição ao pensamento que propugnava por um governo mais concatenado com aquelas aspirações foi conduzido de forma clara e inequívoca via imprensa, principalmente pelos artigos pela hierarquia da Igreja no sentido de reprovar e alertar sobre o perigo da “revolução vermelha”. Exercendo forte influência em todas as esferas do poder local e entre os diversos segmentos da população, esses artigos contribuíram, por sua vez, para a penetração e consolidação de uma mentalidade conservadora de que a cidade ainda hoje é herdeira.

A imprensa participou ativamente da formação do pensamento da população em Maringá, ainda mais pelo fato de que a cidade, à época, contava com poucos anos de vida. Era a necessidade de dar conformação a um modo de pensar que favorecia somente os interesses da elite dominante. A hierarquia da Igreja de Maringá cumpriu sobejamente esse papel, considerando o predomínio do pensamento conservador no seio de uma cidade considerada moderna no país.

3 AS RELAÇÕES DE PODER DA IGREJA CATÓLICA EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR

O regime militar instalado no Brasil de 1964 a 1985, caracterizou-se pela ausência de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão generalizada aos que eram contra o regime. Quase ninguém quer se identificar com a Ditadura Militar nos dias de hoje. Sobre o período, a memória coletiva adquiriu uma arquitetura simplificada: de um lado, a ditadura, o reino da exceção, os chamados anos de chumbo, do outro, a nova república, regida pela lei, a sociedade democrática, com a qual hoje a população identifica-se majoritariamente, inclusive os setores dominantes da sociedade brasileira.

Vale salientar a importância de se refletir sobre os fundamentos históricos da ditadura militar, bem como acerca das complexas relações que se estabeleceram com toda a sociedade e, uma vez que se entende que a educação não ocorre apenas nas salas de aulas ou nas escolas, analisar as raízes sobre as quais se estabeleceram as relações entre a Educação e a sociedade bem como o papel desempenhado pela Igreja Católica nesse período é fundamental para a compreensão das relações que ainda hoje são dominantes.

O período que vai de 1954 a 1964 se iniciou com o suicídio do presidente Getúlio Vargas e se encerrou com a deposição do presidente João Goulart. Esses dez anos, estranhamente, correspondem a uma fase que a memória política registrou como “Anos Dourados”. Esse registro aconteceu em virtude do presidente Juscelino Kubitschek ter superado previsões pessimistas ao obter cooperação política suficiente para executar seu ambicioso plano de desenvolvimento; porém os sucessores de JK não apostaram na democracia e não quiseram – ou não souberam – investir no fortalecimento institucional. A crise política se arrastava desde a renúncia de Jânio Quadros em 1961. João Goulart, vice de Jânio Quadros, assumiu a presidência em um clima político adverso. Seu governo (1961-1964) foi marcado pela abertura às organizações sociais de estudantes, de populares e de trabalhadores. Isso causou preocupação nos segmentos conservadores como, por exemplo, os empresários, banqueiros, Igreja Católica, militares e classe média. Todos temiam uma guinada do Brasil para o lado socialista. Vale lembrar que nesse período o mundo vivia o auge da Guerra Fria. O estilo populista e de centro-esquerda chegou a gerar preocupação nos EUA que, em conjunto com as classes conservadoras brasileiras, temia um golpe comunista.

Inserida na sociedade, a escola esteve sob influência do modelo político e econômico da época. O período de 1946 até o início de 1964 foi fértil para a educação brasileira, porém o mais intrincado. Depois do golpe militar, educadores passaram a ser perseguidos por causa de seus posicionamentos e ideologia. Inúmeros deles foram calados para sempre, alguns se exilaram, outros se recolheram à vida privada e outros, desanimados em razão das perseguições, trocaram de função.

O Regime Militar espelhou na educação o caráter antidemocrático de sua proposta de governo: professores foram presos e demitidos; universidades invadidas; estudantes presos e feridos nos confrontos com a polícia, e alguns mortos; os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar; o Decreto-lei 477, de 1968, calou alunos e professores.

A partir desse período ocorreu a grande expansão das universidades no Brasil. Para acabar com os “excedentes” (aqueles que tiravam nota suficiente, mas não conseguiam vaga no ensino superior), criou-se o vestibular classificatório.

De acordo com Corrêa (1979), para erradicar o analfabetismo no Brasil, criou-se em 15 de dezembro de 1967, pela lei número 5.379, o Movimento Brasileiro de Analfabetismo (Mobral). Aproveitando-se em sua didática, da me-

todologia de Paulo Freire, o Mobral surgiu como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas por Lourenço Filho (1897-1970), com um cunho ideológico totalmente diferenciado do que vinha sendo feito até então. Apesar dos textos oficiais negarem, sabe-se que a primordial preocupação do Mobral era tão somente fazer com que os alunos aprendessem a ler e a escrever, sem uma preocupação maior com a formação integral. O movimento visava à alfabetização funcional de jovens e adultos de forma a “[...] conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la à sua comunidade, permitindo melhores condições de vida.” (CORRÊA, 1979, p. 46). Percebe-se que o objetivo do Mobral relacionava a ascensão escolar a uma condição melhor de vida, deixando à margem as contradições sociais inerentes ao sistema capitalista, ou seja, bastava aprender a ler, a escrever e a contar e o indivíduo estaria apto para melhorar de vida.

Foi no período mais cruel da ditadura militar, em que qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada, muitas vezes pela violência física, que foi instituída a Lei 4.024, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971. A característica mais marcante dessa Lei era tentar proporcionar à formação educacional um cunho profissionalizante. Dentro do espírito dos *slogans* propostos pelo governo, como “Brasil grande”, “ame-o ou deixe-o”, “milagre econômico”, planejava-se fazer com que a educação contribuísse, de forma decisiva, para o aumento da produção brasileira.

Embora tenha havido períodos de “distanciamento”, a separação das instituições (Igreja Católica/Estado) não aconteceu de modo radical, como se encontra determinado na Carta Magna de nossa nação desde 1891, data de nossa primeira Constituição republicana. De um país oficialmente católico pela instituição imperial, fez-se um país laico, pela constituição de 1891, com o reconhecimento da liberdade de religião e de expressão religiosa, vedando-se ao Estado o estabelecimento de cultos, sua subvenção ou formas de aliança. Essa primeira Constituição Republicana, ao mesmo tempo em que reconheceu a mais ampla liberdade de cultos, punia também a ofensa a estes como crimes contra o sentimento religioso das pessoas.

Conforme elucidava Gonçalves (2007) desde o século XIX, a Igreja Católica utilizou-se de diferentes instrumentos vinculados ao uso da comunicação para a manutenção de seus dogmas e ideologias, tendo significativa importância na constituição da cultura moderna.

No Brasil sempre houve uma estreita intera o entre a Igreja e o Estado, inclusive quando a Igreja atuou como oposi o direta e indireta ante a democracia brasileira, como no período da Ditadura Militar, pois mesmo desvinculando, pelo menos em tese, o Homem civil do Homem religioso, os indivíduos mantinham-se apegados aos valores religiosos da Igreja Católica e, conseqüentemente, tendiam a viver obedecendo aos seus ensinamentos mais do que a qualquer outra forma moral instituída pelo Estado.

Nos últimos anos do governo militar, o Brasil apresentava vários problemas. A infla o era alta e a recessão também. Enquanto isso, a oposi o ganhava terreno com o surgimento de novos partidos e com o fortalecimento dos sindicatos. Em 1984, políticos de oposi o, artistas, jogadores de futebol e milhares de brasileiros participaram do movimento das Diretas-Já. O movimento era favorável   aprova o da Emenda Dante de Oliveira, que garantiria elei es diretas para presidente naquele ano. Para decep o do povo, a emenda não foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

No dia 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral escolheria o deputado Tancredo Neves, que concorreu com Paulo Maluf, como novo presidente da República. Ele fazia parte da Aliança Democrática – o grupo de oposi o formado pelo PMDB e pela Frente Liberal. Era o fim do regime militar; porém Tancredo Neves ficou doente, mesmo antes de assumir e acabou falecendo, tendo assumido a presidência da república o vice-presidente José Sarney.

O jornalista Dermi Azevedo (2001), em estudo desenvolvido na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, mostra como alguns agentes religiosos, clérigos ou não, colaboraram com a repressão da ditadura militar. Aponta ainda, para a realiza o de uma análise sociológica da questão três modelos utilizados pela Igreja Católica no relacionamento com o Estado: o paradigma de Igreja como Cristandade, o da Igreja como sociedade perfeita e o paradigma da Igreja como povo de Deus.

O primeiro modelo refere-se ao fato de a Igreja desejar concentrar em si o poder e com isso subordinar o Estado a ela: “A idéia   que a religião católica   hegem nica e que todas as questões da sociedade passam pela rela o com o cristianismo.” (AZEVEDO, 2001, p. 39). De acordo com o pesquisador esse modelo prevaleceu durante a maior parte da história do Brasil.

O modelo de “Igreja e sociedade perfeita”, aponta que a Institui o não deseja substituir o Estado, e sim, associar-se a ele: “Ela atua em parceria com o Estado, mas

sempre numa relação de hegemonia sobre a sociedade, ou seja, sendo uma associada preferencial dele, em todas as questões sociais, econômicas, etc. Enfim, quer ser reconhecida como sua aliada preferencial.” (AZEVEDO, 2001, p. 40).

No terceiro paradigma “Igreja e o povo de Deus”, existe uma diferença essencial com relação aos outros modelos. Embora seja um paradigma muito antigo nas tradições da Igreja, só se tornou uma realidade sociológica a partir dos anos trinta do século XX. Esse modelo tem como ponto de partida a maioria na sociedade, sobretudo, da camada empobrecida. “Desta forma, a Instituição busca atuar frente a temas como os da consolidação da democracia e direitos humanos, entre outros.” (AZEVEDO, 2001, p. 42).

Azevedo delimita ainda a atuação de agentes religiosos em três momentos: inicialmente uma forte colaboração nos primeiros anos após o Golpe; um abrandamento durante a década de 70; e um distanciamento no começo dos anos 80. A Igreja aplicou respectivamente os três modelos de relacionamento. No entanto, Azevedo frisa que o canal de comunicação entre os dois lados “nunca se desfez”. Como exemplo clássico basta que se analise os “vultos acerca do verdadeiro paradeiro do bispo Dom Luiz de Máscolo, da Igreja Católica Brasileira, uma dissidência da Igreja Católica Romana, denunciado por um colega e seqüestrado por agentes da repressão, jogado na Floresta Amazônica.” Esse episódio ilustra bem o grau a que chegou a colaboração da Igreja com a ação repressiva do regime militar.

Inicialmente a Igreja Católica reagiu de forma favorável ao Golpe de 64 no Brasil por considerá-lo um freio ao comunismo. Desse modo, foi então se acomodando à nova realidade “[...] seu destino será acomodar-se aos poderes do momento, é lhe imprescindível a estabilidade da ordem social.” (ROMANO, 1979, p. 74). Por essa razão, devia apoiar o Estado e juntos lutarem por um interesse comum: manter a ordem e a moral social. Cumpre salientar que essa relação esteve ancorada no paradigma da Igreja da Cristandade, vinculada aos setores mais elitistas e a alguns bispos como Dom Antônio de Castro Maier e Dom Geraldo Sigaud, tidos como os expoentes do pensamento mais conservador da história do Brasil, ligados ao Movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP), sociedade cívica anticomunista.

Esse movimento, surgido em 1960 na cidade de São Paulo, ocupou um grande espaço no discurso da Igreja Católica, sob a direção de Plínio Correia de Oliveira, professor universitário, Deputado Federal Constituinte pela Liga Eleitoral Católica em 1946 e, posteriormente, Presidente do Conselho Nacional da TFP. De defensor

da f e a defensor da civilização ocidental, o movimento passou a atacar tudo e todos que significassem rompimento com a Igreja. A TFP realizava ferrenha oposição ao comunismo e aos bispos considerados por ela como progressistas. Em 1968, Plínio Correia promoveu um abaixo-assinado a Paulo VI pedindo medidas urgentes contra a infiltração esquerdista nos meios católicos.

A partir do momento em que os militantes religiosos passaram a ser perseguidos pela Ditadura, ocorreu um distanciamento significativo da igreja com o Estado, em virtude de boa parte de seus membros terem se envolvido com as Reformas de Base anteriores ao Golpe. “Com isso, a Instituição aproximou-se dos setores populares da sociedade brasileira. Eram os primórdios da Teologia da Libertação, que ganhou mais força a partir dos anos 70”, assinala Azevedo (2001, p. 49).

O governo Médici (1969-1974) terminava quando bispos e teólogos do Nordeste elaboraram o Documento A caminhada do povo na América Latina. Este documento fazia a denúncia das agressões aos direitos básicos do homem feitos pelo Capitalismo. Dom Hélder Câmara, Arcebispo da arquidiocese de Olinda, foi um dos primeiros articuladores da Teologia da Libertação no Brasil e defendeu os ideais de se repensar a situação da Igreja no plano social, no mundo.

Essa linha basicamente se resumiria nas novas orientações emanadas do Concílio Vaticano II (1962-1965), um acontecimento internacional que atingiu fortemente a Igreja do Brasil com a ênfase dada   missão social da Igreja Católica, tendo a pessoa de Dom Hélder Câmara como principal representante do discurso que provocou acirrada discussão entre as diferentes tendências políticas e religiosas.

A compreensão histórica do fen meno religioso leva   percepção de que a religião não está imune aos embates existentes na sociedade, pois as realizações humanas sejam de cunho material, social, sejam de cunho religioso se realizam de maneira conflituosa, contraditória, de acordo com as diferentes formas de o homem produzir a sua vida e se desenvolvem entre as classes sociais, colocando às claras as contradições e os esquemas que as sustentam. Conforme elucidam Marx e Engels, na obra *A Ideologia Alemã*, escrita em 1846:

A consciência  , pois um produto social e continuará a s -lo enquanto houver homens. A consciência   antes de tudo, a consciência do meio sensível imediato e de uma relação limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência:   si-

multaneamente a consciência da natureza que inicialmente se depara ao homem como uma força francamente estranha, toda-poderosa e inatacável, perante a qual os homens se comportam de uma forma puramente animal e que os atemorizam tanto como aos animais; é, por seguinte, uma consciência de natureza puramente animal (religião natural). (MARX; ENGELS, 1846, p. 36).

A partir dos apontamentos de Azevedo pode-se perceber que no período pós-autoritário as preocupações da Igreja se baseavam essencialmente na consolidação do regime democrático e na preocupação com a vigência do neoliberalismo no Brasil, pois o considerava elitista e concentrador de rendas. Paralelo a esse posicionamento enfrentaria os desafios de uma sociedade urbanizada, que considera a religião como um assunto sem implicações sociais e que responde às necessidades e angústias individuais.

4 BREVE ANÁLISE DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MARINGAENSE A PARTIR D'O JORNAL DE MARINGÁ

A pesquisa histórica com fontes provenientes da imprensa é um instrumento que possibilita um maior conhecimento do passado e cujas articulações conceituais ali realizadas podem ser sentidas no presente e provavelmente se projetarão ainda no futuro, apresentando-se como importante recurso à elucidação do processo educacional deve, como tal, passar pelo crivo de uma adequada crítica documental.

De maneira geral, analisando-se o contexto histórico do período em estudo percebe-se que em 1964 a elite sacrificou seus interesses políticos mais imediatos associando-se aos militares para salvar sua existência. Conservadora, partilhando dos mesmos receios dos militares quanto à tomada do poder pelos comunistas, a quase totalidade da imprensa apoiou incondicionalmente o Golpe Militar. A imprensa brasileira, nas mãos da classe dominante, veiculava para a opinião pública a ideologia dessa classe. Portanto, trabalhando em favor da principal função de um estado capitalista qual seja assegurar a reprodução das relações capitalistas de produção, conforme depoimento do jornalista Hamilton A. Filho, citado por Marconi (1980, p. 189):

O grande mal da imprensa brasileira, agora em 1979,   que o seu primeiro e segundo escalões são ainda remanescentes da ditadura: são jornalistas medíocres, acovardados, maus profissionais e inadaptados   própria realidade que vai surgir. Podemos dizer que há dois níveis de controle da informa o no Brasil. O primeiro, porque os jornais brasileiros nunca deixaram de pertencer   elite, nunca deixaram de pertencer ao esquema de poder. Ser dono de jornal no Brasil requer toda uma categoria de classe dominante, de burguesia, de burguesia nacional. O outro foi estabelecido por uma revolu o, por um regime autocr tico e absolutamente apolítico no sentido de não respeitar nem ao menos a transa o política na própria classe de onde se originou e a quem pretendia defender.

Cumpramos ressaltar ainda, que realizar este trabalho tendo a imprensa local como fonte de pesquisa para se escrever a História da Educa o em Maringá foi e está sendo um processo a ser construído com a supera o de inúmeras dificuldades que não estão alheias   cultura de aliena o da história da sociedade brasileira, que se classificaram como obstáculos estruturais de um lado, e de outro, obstáculos de não-democratiza o do conhecimento histórico; ou seja, o conhecer a história não   visto como direito de todos, mas como privilégio de poucos. No que diz respeito a aspectos estruturais, poderia-se citar a ausência de fontes completas no acervo da Biblioteca Municipal de Maringá, bem como a falta de um programa de estrutura o das fontes que, em razão dessa deficiência, mant m o acervo de jornais antigos arquivado inadequadamente, sem organiza o, em lugares de alta umidade e corroídos pelo tempo e pela m  conserva o. Somente em meados de 1990 a Biblioteca passou a contar com um profissional (bibliotecário) para organizar os periódicos ali disponíveis. Assim, não   possível contar ainda com arquivos em microfimes ou informatizados.

Ao se deparar com a exigüidade de fontes disponíveis, percebe-se que tornar a História da Educa o de Maringá realidade e tudo o que a circunscreve, não   tarefa fácil, pois ao assim se proceder corre-se o risco de trazer   tona situa es que certamente causarão constrangimentos aos que a produziram e a vivenciaram.

Conforme elucidado anteriormente, nos anos de 1960 a 1962 havia nãO Jornal de Maringá, que circulava também em 49 municípios paranaenses desde a sua funda o em 05/04/1953, um espaço denominado "Por um mundo melhor", que tinha como principal articulador o então Bispo Dom Jaime Luiz Coelho. Na coluna eram abordados aspectos sociais, políticos, educacionais e filosóficos, cujo conte -

do revelava uma via de formação ideológica, tendo em vista prevenir-se da ameaça comunista e afastar os jovens da participação direta nos movimentos políticos de esquerda além de fazer a defesa da lei que permitia a criação de mais estabelecimentos privados.

O projeto de Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4.024), que foi sancionada pelo presidente João Goulart em 20 de dezembro de 1961 e que contemplou os interesses privados em detrimento dos interesses públicos no que se refere à distribuição dos recursos, tinha em vista definir os recursos públicos como forma de manutenção do sistema público e, ao mesmo tempo, a mesma lei também previa a concessão de recursos aos estabelecimentos privados na forma de bolsas de estudo.

Quanto à discussão sobre a obrigatoriedade do ensino de religião nas escolas, esta foi por inúmeras vezes defendidas na coluna “Por um Mundo Melhor”, com o argumento de que oferecia aos jovens um suporte moral e elevação espiritual, conforme artigo escrito em 28/04/1961, o qual discorria sobre a necessidade do Estado em utilizar-se do Ensino Religioso como instrumento de manutenção da democracia.

Ao longo da história do Brasil ficou claro que diante das contradições próprias do sistema capitalista, a Igreja Católica tornou-se um instrumento útil para manter a ordem esperada pelo regime. Com a proximidade das eleições, inúmeros artigos com orientações aos eleitores foram escritos, com o objetivo de “contribuir” para com o processo democrático e prevenir a sociedade quanto ao “Diabo Vermelho”.

Cumprir destacar que no início da década de 1960 a Igreja utilizou-se de instrumentos para dialogar com a sociedade local, entre os quais se destacam as “Santas Missões” ocorridas em março de 1960, que agiram como precursoras da estruturação do Movimento Familiar Cristão (M.F.C.), pois, conforme a filosofia do próprio Movimento, nenhuma influência social e humana é capaz de se comparar com a família na formação e na direção da vida dos homens.

A partir de 1963, a Igreja Católica deixou de ser representada diretamente na coluna “Por um mundo melhor”, mas esteve presente diariamente no jornal, mesmo que de forma velada por meio de outros espaços como “A voz do Pastor”, programa radiofônico com discursos do Arcebispo D. Vicente Scherer, de Porto Alegre. Em todos eles continuou a condenação ao comunismo (Diabo Vermelho) e a defesa da ideologia capitalista, e conseqüentemente, do regime burguês.

Curiosamente, nos anos de 1964 e 1965, período de instalação do Regime Militar no Brasil, não consta sequer um exemplar d'O Jornal de Maringá. O que torna de certo modo claro o movimento de repressão que perpassou esse período da história.

Preocupada com a estagnação econômica e com a desordem social que poderia ocorrer com o crescimento dos movimentos comunistas, a Igreja teve sua ala conservadora fortalecida, uma vez que o desejo de mudança era latente e, caminhava com o medo da Revolução Comunista. Conforme Fausto (1978, p. 365):

No início da década de 60, vai aparecer com maior clareza o conflito social onde a Igreja brasileira se dividia. Ao mesmo tempo em que a criação da CNBB, em 1952, tinha firmado a Unidade organizacional do alto clero, a unidade ideológica mostrava-se cada vez mais frágil e fragmentada quando se tratava da realidade social. A publicação da encíclica *Mater et Magistra* de João XXIII, em 1961, tratando dos problemas dos países subdesenvolvidos. Com esta encíclica a cúpula da Igreja no Brasil busca criar atividades com o objetivo de integrar a agricultura brasileira no ritmo do desenvolvimento nacional. Ao se organizar em âmbito nacional a CNBB, a hierarquia da Igreja Católica do Brasil tinha como objetivo defender-se das forças do comunismo, protestantismo e outras forças contrárias aos seus objetivos.

Tendo o comunismo como grande inimigo, a Igreja Católica manifestou direta e indiretamente apoio ao golpe e ao Regime Militar e a todas as políticas educacionais adotadas pelo governo nesse período, principalmente em relação às metas de erradicação do analfabetismo no Brasil por intermédio do Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Mobral, que passou a ocupar espaço significativo no jornal mediante inúmeras reportagens.

No horizonte dos movimentos culturais e políticos que pontuaram a história brasileira e, conseqüentemente, a história da sociedade maringense nas décadas de 60 e 70, cabe mencionar a influência do pensamento da elite ratificado, sobretudo pela Igreja Católica na educação local, agindo como reprodutora dos instrumentos de alienação e dominação burguesa, como denota alguns artigos escritos, entre tantos outros:

'Roma sim'! Cuba não! Um grupo de intelectuais e universitários católicos (professores da Universidade do Brasil, PUC e Fundação Getúlio Vargas) assinou documento de protesto contra a influência socialista existente no Brasil (20/01/1961);

As idéias de Marx e Engels devem ser estudadas, faremos este estudo no curso promovido pelo Departamento de Educação e Psicanálise do Marxismo, com a finalidade principal de despertar o interesse pela juventude para o problema ideológico e apontar erros do marxismo (24/01/1965).

Este estudo, por se tratar de uma proposta de levantamento de fontes, dispôs-se em um primeiro momento, apenas identificar no jornal em questão as matérias que remetem à contribuição, pelo ângulo da influência religiosa católica, na História da Educação em Maringá, reservando a análise e discussão do conteúdo ideológico presente nos artigos a um projeto futuro. É importante esclarecer que em relação ao aspecto religioso, não se trata de discorrer sobre o que a Igreja disse e fez enquanto instituição religiosa, mas de demonstrar a sua influência na educação e na consolidação de uma prática política e social alienada.

A educação é uma prática social que também se estrutura a partir do que é veiculado pela cultura. Isso requer uma ampliação da concepção de História da Educação. Não se trata apenas de uma história da escola, ou do ensino ou da aprendizagem, pois sendo a educação uma prática social que se estrutura a partir do que é produzido pela sociedade; nela, a imprensa, tem seu lugar como fonte instrutora, uma vez que se insere na cultura existente, exercendo então papel ratificador ou transformador da estrutura que se encontra estabelecida.

Finalmente, se a análise da imprensa permite apreender “[...] o peso do instante e da conjuntura” (FRANCO, 1999, p. 13), os discursos imanentes a’O Jornal de Maringá têm que ser lidos como linguagens de poder que escrevem e, simultaneamente, inscrevem-se na narratividade do poder político e, também, na do poder institucional eclesiástico.

5 CONCLUSÃO

Como é sabido a ciência histórica percorreu um longo caminho até hoje, absorvendo influências de inúmeras correntes e campos de estudo. A reflexão aqui proposta, não foi a de ordenar os fatos históricos na sua singularidade, a partir dos documentos (fontes) levantados, mas sim, de situá-los dentro do contexto social, econômico e político no quais os mesmos se deram, com o intuito de discutir os

mecanismos utilizados por uma determinada sociedade ou grupo, para a manutenção ou transformação do “mundo” local. Ao se partir do pressuposto de que para se escrever a História da Educação é necessário um olhar que extrapole os muros escolares, foi possível adentrar no espaço onde vicejam a infinidade de fontes históricas disponíveis e carentes de análise.

Nesse sentido, a imprensa escrita aqui utilizada como fonte histórica constituiu-se em um dispositivo privilegiado de análise e reflexão, cuja estrutura e contexto textual, manifestam valores, crenças e interesses ideológicos de um determinado grupo que exerce influência sobre outros da mesma sociedade. Cumpre destacar, ainda, que a transformação política vivida pelo Brasil nos anos 60 e 70 do século XX, especialmente, em 1964, coincidiu com mudanças que a Igreja Católica passava a experimentar a partir do Concílio Vaticano II, que culminou em maior comprometimento com os setores marginalizados da população. Porém, essa não era uma postura monolítica de toda a Igreja, e no que diz respeito ao plano ideológico, a Igreja Católica, representada em Maringá pelo então Bispo Diocesano Dom Jaime Luis Coelho, cumpriu papel determinante na reprodução do pensamento conservador; por isso é que se reconhece a força da palavra escrita como formadora de opinião e valores, que acaba por caracterizar a sociedade que hoje está posta como a época de ouro dos meios de comunicação.

The pedagogical and political discourse of the Catholic Church hierarchy in Maringá-PR, during the 20th century 1960s and 70s from O Jornal de Maringá

Abstract

This summary refers to the survey that started in 2004 in the postgraduate course in Educational Research and was conducted by the State University of Maringá. The survey focused on the analysis of the articles published in O Jornal de Maringá, during the 20th century 1960s and 70s, most of them signed by the diocesan bishop Dom Jaime Luis Coelho. The political issues were mixed to pastoral and doctrinal issues, showing the close relationship between the Catholic Church and its hierarchy and the military government, considered an important tool in the fight against the Red Enemy represented by the com-

munism. The published articles, tied / linked to the column For a better world, later replaced by other column/subjet, compose a production and reproduction framework for a set of political and conservative ideas in view of the explicit defense of the order established by the military coup of 1964. On the church religious level you may notice some progressive aspects of the speech, such as the defense of the church pastoral implication of the Secound Vatican Council held in the Vatican between 1962 and 1965. It is still, the new ritual format of the Catholic Church and the new paths of the Catholic evangelism in the analyzed period. The conciliation between the two paths: conservative in politics and pastoral and ritual renewal was no exception within the Catholic Church In that period.

Keywords: History of Education. Education. Diocese de Maringá.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Rio de Janeiro: Graal Editora, 2001.

ARAÚJO, J. C. **A formação educadora da imprensa e história da educação**. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>. Acesso em: 20 jul. 2005.

AZEVEDO, D. **Igreja e Estado no Brasil**: colaboração de agentes religiosos com a representação política do regime de 1964. 2001. 133 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)–Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2001.

CORRÊA, A. L. **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS/Mobral, 1979.

DARNTON, R. A filosofia por baixo do pano. In: DARNTON, R.; ROCHE, D. (Org.). **Revolução impressa**: a imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: Ed. Edusp, 1996.

DARNTON, R.; ROCHE, D. (Org.). **Revolução impressa**: a imprensa na França – 1775-1800. São Paulo: Ed. USP, 1996.

FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira III**: o Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964). 2. ed. São Paulo: Difel/Difusão Editorial, 1978. v. 4.

FRANCO, J. **Brotar a educação**: história da Brotéria e da evolução do seu pensamento pedagógico (1902-1996). Lisboa: Roma Editora, 1999.

GONÇALVES, M. C. A imprensa católica em Taubaté, SP, na década de 1950: O jornal O Lábaro. In: SCHELBAUER, A. R.; ARAÚJO, J. C. S. **História da educação pela imprensa**. Campinas: Alínea, 2007. p. 155-176.

HESSE, C. Transformações econômicas na edição. In: DARNTON, R.; ROCHE, D. (Org.). **Revolução impressa**: a imprensa na França – 1775-1800. São Paulo: Ed. USP, 1996. p. 100-133.

LIMA SOBRINHO, B. **O problema da imprensa**. 3. ed. São Paulo: Ed. Edusp, Com-arte, 1997.

MARCONI, P. **A censura política na imprensa brasileira**: 1968-1978. São Paulo: Global, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: Crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes.

NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

O JORNAL DE MARINGÁ. Maringá: Biblioteca Municipal de Maringá, 1960-1979.

ROMANO, Roberto. Brasil: **Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

VENÂNCIO FILHO, F. Fontes para a história da educação no Brasil. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 5, n. 15, 1945.

VIEIRA PINTO, A. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Recebido em 13 de maio de 2008

Aceito em 11 de setembro de 2008

